

**LEI N.º 2.859, DE 13 DE ABRIL DE 2.016**

“Autoriza o Município a Doar Terreno Pertencente ao Patrimônio Público Municipal, Gratuitamente e Por Prazo Indeterminado, à AMÉLIA MARIA DE FREITAS ME (TRANS MENEZES E CASCALHO PONTUAL) e Dá Outras Providências.”

O Município de Monte Alegre de Minas, por seus representantes, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município autorizado a doar terrenos pertencentes ao Patrimônio Público Municipal, adiante descritos:

“ Um imóvel urbano, situado nesta cidade, na Rua 150, no Distrito Industrial II, constituído um terreno designado por lote nº09(nove) da quadra nº03(três) com área total de 800,00 m² (oitocentos metros quadrados), com as seguintes divisas e confrontações: pela frente, numa extensão de 20,00 metros com a Rua 150; pelo lado direito, numa extensão de 40,00 metros com lote nº. 10; pelo lado esquerdo, numa extensão de 40,00 metros com lote 08; pelos fundos, numa extensão de 20,00 metros com lote nº.14; e Matrícula nº 13.883, do CRI Local.

“ Um imóvel urbano, situado nesta cidade, na Rua 150, no Distrito Industrial II, constituído um terreno designado por lote nº10(dez) da quadra nº03(três) com área total de 800,00 m² (oitocentos metros quadrados), com as seguintes divisas e confrontações: pela frente, numa extensão de 20,00 metros com a Rua 150; pelo lado direito, numa extensão de 40,00 metros com lote nº. 11; pelo lado esquerdo, numa extensão de 40,00 metros com lote 09; pelos fundos, numa extensão de 20,00 metros com lote nº.13; e Matrícula nº 13.884, do CRI Local.

“Um imóvel urbano, situado nesta cidade, na Rua 150, no Distrito Industrial II, constituído um terreno designado por lote nº11(onze) da quadra nº03(três) com área total de 792,00 m² (setecentos e noventa e dois metros quadrados), com as seguintes divisas e confrontações: pela frente, numa extensão de 16,00 metros e chanfro 5,66 metros com a Rua 150; pelo lado direito, numa extensão de 36,00 metros com a Rua 185; pelo lado esquerdo, numa extensão de 40,00 metros com lote 10; pelos fundos, numa extensão de 20,00 metros com lote nº.12; e Matrícula nº 13.885, do CRI Local.

“ Um imóvel urbano, situado nesta cidade, na Rua Suely Vieira de Souza Duarte, no Distrito Industrial II, constituído um terreno designado por lote nº12(doze) da quadra nº03(três) com área total de 992,00 m² (novecentos e noventa e dois metros quadrados), com as seguintes divisas e confrontações:



pela frente, numa extensão de 16,00 metros e chanfro 5,66 metros com a Rua Suely Vieira de Souza Duarte; pelo lado direito, numa extensão de 50,00 metros com lote nº. 13; pelo lado esquerdo, numa extensão de 46,00 metros com a Rua 185; pelos fundos, numa extensão de 20,00 metros com lote nº.11; e Matrícula nº 13.886, do CRI Local.

“ Um imóvel urbano, situado nesta cidade, na Rua Suely Vieira de Souza Duarte, no Distrito Industrial II, constituído um terreno designado por lote nº13(treze) da quadra nº03(três) com área total de 1.000,00 m² (um mil metros quadrados), com as seguintes divisas e confrontações: pela frente, numa extensão de 20,00 metros com a Rua Suely Vieira de Souza Duarte; pelo lado direito, numa extensão de 50,00 metros com lote nº. 14; pelo lado esquerdo, numa extensão de 50,00 metros com lote 12; pelos fundos, numa extensão de 20,00 metros com lote nº.10; e Matrícula nº 13.887, do CRI Local.

“ Um imóvel urbano, situado nesta cidade, na Rua Suely Vieira de Souza Duarte, no Distrito Industrial II, constituído um terreno designado por lote nº14(catorze) da quadra nº03(três) com área total de 1.000,00 m² (um mil metros quadrados), com as seguintes divisas e confrontações: pela frente, numa extensão de 20,00 metros com a Rua Suely Vieira de Souza Duarte; pelo lado direito, numa extensão de 50,00 metros com lote nº. 15; pelo lado esquerdo, numa extensão de 50,00 metros com lote 13; pelos fundos, numa extensão de 20,00 metros com lote nº.09; e Matrícula nº 13.888, do CRI Local.

Parágrafo Único – Os imóveis acima citados foram avaliados pela Comissão Especial para Avaliação conforme Decreto nº 4.414 de 18 de março de 2.013 no valor de R\$34.864,10(trinta e quatro mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e dez centavos).

Art. 2º. A firma beneficiária deverá ter por finalidade oferecer serviços de transporte rodoviário de cargas em geral, depósito e comércio varejista de calcário, areia, cascalho, brita, madeiras, tijolos, telhas e outros materiais para uso na construção civil.

Art. 3º. A doação de que trata esta Lei fica subordinada, ainda, às seguintes condições:

I – Uso do imóvel somente para os fins previstos no artigo 2º desta Lei.

II – Proibição de extinção do donatário, conforme instrumento de constituição.

III – Proibição de locar, sublocar ou ceder o imóvel.

IV – Pagamento de todos os tributos incidentes sobre o imóvel, inclusive eventuais contribuições de melhoria.



V – Cumprimento fiel dos objetivos da empresa, conforme requerimento de empresário individual, inclusive proibição de paralisação ou suspensão das suas atividades por prazo superior a 02 (dois) anos consecutivos ou sua extinção.

VI- O donatário deverá realizar obras para evitar danos ao meio ambiente se sua atividade proporcionar algum risco ao mesmo.

§ 1º - Fica o donatário autorizado a alienar o imóvel junto às instituições financeiras para financiar suas atividades.

Art. 4º. Na hipótese de descumprimento de qualquer das condições previstas no artigo anterior, o imóvel será imediatamente revertido ao Patrimônio Público Municipal, com todas as benfeitorias eventualmente realizadas, sem direito a qualquer espécie de indenização.

Art. 5º. Caberá a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio a fiscalização do cumprimento das condições de reversão.

Art. 6º-A presente doação com encargos se faz em estrita consonância ao que dispõe a Lei Federal nº. 8.666/93.

Art. 7º. Fica o Poder Executivo dispensado de procedimento licitatório tendo em vista o relevante interesse público, consistente na necessidade de fomentar e desenvolver a atividade comercial no Município, bem como os inúmeros benefícios sociais e econômicos que advirão da presente concessão.

Art. 8º. As despesas com matrícula, escrituração, registro e impostos correrão por conta do donatário.

Art. 9º. Fica o donatário dos presentes lotes urbanos subjugado à Lei nº 2.806 de 03 de julho de 2015.

Art. 10. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MONTE ALEGRE DE MINAS, 13 DE ABRIL DE 2016.

Rodrigo de Alvim Mendonça
Prefeito Municipal